



# Anais da Assembléia

N.57

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 28 DE MAIO DE 1987

ANO XIII

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DO 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 45.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 1987.  
QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, secretariada pelos Deputados Pedro Tonelli e Algaci Túlio.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (50). Achando-se ausentes os Senhores Deputados: Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido e Paulo Furiatti (03). Achando-se em licença o Senhor Nestor Baptista (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Vasconcellos)  
Sob proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Mensagens:

MENSAGEM N. 46/87

Curitiba, 25 de maio de 1987.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas do termo Aditivo n. 1/86, de 27.06.86 ao Convênio n. 99/85, datado de 16.12.85 e do Termo Aditivo n. 2/86, de 27.06.86 ao Convênio n. 72/85, datado de 18.11.85, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários, e a Secretaria de Emprego e Salário, do Ministério do Trabalho, objetivando o desenvolvimento de "Projetos de Criação de Emprego e Renda", bem como adoção de medidas de interesse comunitário com aproveitamento de mão-de-obra e materiais locais.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado  
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 47/87

Curitiba, 25 de maio de 1987.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 13 de março de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios de Alto Piquiri, Barbosa Ferraz, Bituruna, Cambira, Campo Mourão, Cantagalo, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Sul, Cruz Machado, Doutor Camargo, Engenheiro Beltrão, Formosa do Oeste, Francisco Alves, Guaraniaçu, Imbituva, Iporã, Ivatuba, Jaguapitã, Jaguariaíva, Janiópolis, Jardim Alegre, Jesuítas, Kaloré, Mandaguari, Mandirituba, Munhoz de Mello, Nova Londrina, Paraíso do Norte, Prudentópolis, Quedas do Iguaçu, Santa Cruz de Monte Castelo, São Carlos do Ivaí, Terra Boa, Terra Rica, Terra Roxa e Três Barras do Paraná, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a

Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 48/87

Curitiba, 25 de maio de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei complementar que inclui no art. 260, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, alterado pela Lei n. 7.241, de 17 de dezembro de 1980, um inciso III, dispondo que pelo falecimento de funcionário portador de doença profissional constatada em perícia médica, ou que por este motivo tenha sido aposentado, assegurar-se-à viúva e filhos do mesmo pensão calculada com os critérios estabelecidos no inciso II, do referido dispositivo estatutário, que versa sobre a hipótese de falecimento em consequência de acidente em serviço.

A medida proposta é justa e traz para o âmbito da administração estadual um tratamento que já foi implantado no âmbito da União, através da Lei Federal n. 6.782, de 19 de maio de 1980, equiparando doença profissional e acidente em serviço de que resultem morte, para efeito de concessão de pensão especial.

É justa a proposição porque considera que a morte do funcionário teve como causa um fator ligado diretamente à prestação do serviço público ao qual ele se dedicou com tal esforço ao ponto de sacrificar em prol do interesse público a sua própria saúde, agravada com o custo da própria vida.

Se o acidente em serviço causador da morte é um fato gerado pelo acaso, de um só momento, a doença profissional decorre de uma dedicação prolongada que vai minando, no tempo, as forças do servidor no próprio exercício de um dever funcional cuja sequência leva, pela diminuição constante da energia de trabalho, até o seu esgotamento final. Logo, se o acidente em serviço justifica a pensão especial, muito mais a justifica a doença profissional como insidiosa causadora da morte. Será um prêmio concedido aos familiares do funcionário por seu zelo, por seu exemplo e por seu mérito.

Além do mais, a medida reveste-se de grande alcance social, visando a proteção dos dependentes do funcionário que se vêem desprotegidos na falta dos meios de subsistência que ele, mesmo doente, proporcionava.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado

apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - Fica incluído no artigo 260, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, alterado pela Lei n. 7.421, de 17 de dezembro de 1980, um inciso III, com a seguinte redação:

"III - nas mesmas condições da estabelecida no inciso II, quando se tratar de falecimento de funcionário portador de doença profissional já constatada em perícia médica, ou que por esse motivo tenha sido aposentado".

Art. 2.º - O disposto nesta lei aplica-se às atuais pensionistas, desde que seja comprovado com documento oficial anterior à data do evento, que o funcionário, ao falecer em atividade, era portador de doença profissional, ou estava aposentado por esse motivo.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Ofício:

#### OFÍCIO

Sob o n. DTL/45/87, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei n. 264/86, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.482.

Anote-se, Arquive-se.

Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja transcrito nos Anais desta Casa de Leis, voto de pesar, pelo falecimento do senhor DANTE RAMOS, dia 22 próximo passado, no Município de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 28.05.87.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

Lamentamos profundamente a morte do Senhor DANTE RAMOS e nos solidarizamos com todos seus familiares, pois com sua falta perdemos um homem de grande fibra, personalidade que há muito já convivia em nossa região.

Cartorário, exemplo de um grande chefe de família, fez por merecer toda essa consideração e respeito mantidos perante sua pessoa, pois no decorrer de sua vida sempre caminhou em busca de ações sociais em prol da comunidade, conquistando com extrema confiança o espaço que lhe era concedido em nosso município.

Requer, ainda, que do presente seja

dado ciência a todos os seus familiares.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja transcrito nos Anais desta Casa de Leis, voto de pesar, pelo falecimento do Senhor SAUL SOLETTI, ocorrido no dia 24 deste mês no Município de Terra Rica.

Sala das Sessões, em 28.05.87.

(a) EDUARDO BAGGIO

#### JUSTIFICATIVA:

SAUL SOLETTI, lamentavelmente, faleceu dia 24 deste mês em Terra Rica, onde toda a comunidade chorou a ausência desta grande pessoa. Pioneiro da região Noroeste do Estado, durante toda a sua existência espalhou sementes e mais sementes de frutos benéficos à toda comunidade. Irmão do Prefeito daquele município, somadas estas duas forças, a região veio progredindo e a agricultura se fortalecendo.

Portanto, só nos resta solidarizar-nos com a família enlutada, à disposição da qual colocamos todo nosso apoio humano.

Requer, ainda, que do presente seja dado ciência aos familiares do Senhor SAUL SOLETTI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais e na forma regimental, REQUER à Mesa da Assembléia a consignação, na Ata dos Trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações com a Cruzada Social "Cosme e Damião" pela posse de sua nova diretoria, que passará a ser presidida pela Senhora Delgina França Borges, em substituição a Senhora Hilda Viana Ramos.

A Cruzada Social "Cosme e Damião" tem suas atividades voltadas para a família do Policial Militar da Polícia Militar do Estado do Paraná e, no decurso de mais de 20 anos, tem realizado relevante trabalho assistencial e de apoio à família miliciana. Sua Presidência, por força estatutária, é presidida pelas esposas dos comandantes da PMPR. Assim, deixa a Presidência a esposa do ex-Comandante Sergio Mastek Ramos e assume a esposa do cel. Wantuil Borges, atual Comandante Geral desta gloriosa corporação.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja da mesma dado conhecimento à Cruzada Social "Cosme e Damião" (Av. Getúlio Vargas. 2140), às Senhoras Presidentes e ao Comando Geral da PMPR.

Sala das Sessões, em 28.05.87.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa da Assembléia, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações com a direção do jornal "Correio de Notícias" pela indicação do jornalista CICERO CATANI para dirigir, como redator-chefe, este importante veículo informativo da Capital Paranaense.

O jornalista Cícero Catani ocupa lugar de destaque no meio informativo do Paraná, pela sua capacidade e responsabilidade profissional, demonstrada ao longo de sua carreira jornalística.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja da mesma dado conhecimento à direção do "Correio de Notícias" e ao Jornalista.

Sala das Sessões, em 28.05.87.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, voto de congratulações à Igreja do Evangelho Quadrangular - Cruzada Nacional de Evangelização, pelo transcurso, na data de hoje, dia 28 do corrente mês, do 32.º aniversário de suas atividades no Paraná.

Iniciada em Curitiba pelo Missionário Rev. Júlio de Oliveira Rosa, a ação da importante organização religiosa - fundada em 1922 pela Missionária norte-americana Aimee Temple Mepheron - é expressiva no Estado do Paraná. Mantém mais de trezentos templos e pontos de reunião, onde são praticados o amor a Deus conforme a visão de que Jesus Cristo salva, cura, batiza com o Espírito Santo e voltará.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência ao eminente líder conterrâneo, Rev. Eduardo Zdrojewski, Presidente em exercício do Conselho Nacional de Diretores da mencionada Igreja e aos Jornais "Voz Quadrangular" e "Realidade Cristã".

Sala das Sessões, em 28.05.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER, a inclusão na pauta da sessão ordinária do próximo dia 02 de junho de 1987, em REGIME DE URGÊNCIA, do Projeto de Lei n. 328/85, de autoria do ilustre Deputado MÁRIO PEREIRA, projeto esse que veda a admissão de servidores públicos e dá outras providências, tendo em vista a necessidade de contenção

de gastos públicos.

Sala das Sessões, em 28.05.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Líder do PFL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, após ouvido o Plenário da Assembleia Legislativa, na forma do artigo 34 do Regimento Interno, REQUER a constituição de Comissão de Inquérito, com a finalidade de apurar a responsabilidade pelos prejuízos causados pela deterioração de cerca de 160 toneladas de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar.

REQUER ainda que a Comissão seja constituída por sete membros e integrada por todas as representações partidárias com assento nesta Casa, para, no prazo de noventa dias apurar as irregularidades.

Sala das Sessões, em 28.05.87.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti, David Cheriegate, Amélia Hrushcka, Basílio Zanusso, Antônio Belinati, Alexandre Ceranto, Pedro Tonelli, Ezequias Losso, Tadeu Lúcio Machado, Vera Agibert, João Arruda, Orlando Pessuti, Pirajá Ferreira, Rafael Greca, José Alves, Antônio Costenaro Neto, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Ezequias Losso e Valderi Mendes Vilela.

#### JUSTIFICATIVA:

A imprensa da Capital do Paraná vem noticiando fartamente, nos últimos dias (recorte de jornal em anexo) sobre as irregularidades que levaram 160 toneladas de gêneros alimentícios, destinados à merenda escolar, a se deteriorar.

Não é admissível para um Parlamento, que tem entre suas atribuições a de fiscalizar os atos do Executivo para que estes não se tornem lesivos ao bem comum, ficar à margem de acontecimentos como esse, em que, por provável irresponsabilidade do poder governante, toneladas de alimentos foram perdidos. Isto num país em que crianças, aos milhares, morrem de fome anualmente.

É dever e obrigação do Legislativo Estadual, apurar fatos desta natureza, que revelam a incapacidade, o descaso e a irresponsabilidade de administradores para com a coisa pública, num flagrante atentado ao direito do povo, porque o Governo nada possui que não seja proveniente da contribuição tributária do próprio povo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, e na forma regimental, REQUER à Mesa da Assembleia, após ouvido o Plenário, o encaminhamento

de expediente do Senhor Secretário da Justiça apelando para que o mesmo não permita seja desativado o atendimento noturno da Assistência Judiciária do Estado.

Sala das Sessões, em 28.05.87.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

O atendimento feito pela Assistência Judiciária do Estado a pessoas carentes é feito em três turnos, e tão grande é o número de assistidos que são os mesmos insuficientes. O período noturno atende àqueles que não têm condições de afastarem-se do seu trabalho para buscar a Justiça. Atualmente, os trinta estagiários que atendem à noite estão com mil e quinhentas ações ajuizadas. O fechamento deste período irá trazer dificuldades imensas às partes interessadas, assim como irá tirar um direito daqueles que, carentes, não mais terão onde receber assistência judiciária.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, conste nos anais desta Casa de Leis, a nota oficial dos Microempresários de Marechal Cândido Rondon, dirigidas às instituições financeiras de Marechal Cândido Rondon, autoridades competentes e imprensa.

Sala das Sessões, em 28.05.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

#### NOTA OFICIAL DOS MICROEMPRESÁRIOS DIRIGIDA ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON, AUTORIDADES COMPETENTES E IMPRENSA.

As empresas abaixo nominadas, todas enquadradas como MICRO e PEQUENAS EMPRESAS, com sede e foro nesta cidade e comarca de Mal. Cândido Rondon- Pr., neste ato representadas na forma legal e por seus responsáveis presentes em reunião, conforme assinaturas lançadas no livro próprio (cópia anexa), vem de público, através da presente NOTA, perante as Instituições Financeiras com agências em nossa cidade, informar que em dita reunião da classe, realizada em data de 21.05.87, resultou decidido o que segue:

Considerando estarem sendo as empresas signatárias lesadas e exploradas com a cobrança de altas taxas de juros e correção monetária, especialmente incidindo sobre os contratos firmados no período de fevereiro de 1986 a fevereiro de 1987, que não previam tal correção;

Considerando que em fevereiro do corrente ano o Banco Central reajustou a OTN em 70%, além de permitir a mal-fadada comissão de permanência, medidas estas aplicadas pelos Bancos aos contratos de cus-

teio e investimentos do setor produtivo, deixaram os empresários sem condições de suportar tal carga de juros e correção extorsiva;

Considerando ainda, que as medidas governamentais editadas, com a Resolução n. 1308, do Banco Central do Brasil, datada de vinte e três de abril de 1987, que autoriza refinanciamentos em até 36 (trinta e seis) meses, e a determinação da Presidência da República de 20 de maio de 1987, suspendendo as cobranças e execuções contra as empresas por 45 (quarenta e cinco) dias, não atendem, em hipótese alguma, as aspirações do empresariado;

#### R E S O L V E M,

suspender todos os pagamentos de tais taxas sobre os contratos pendentes junto à rede bancária, até que medidas concretas sejam adotadas no sentido de eliminar completamente a cobrança destes juros e correção extorsiva pretendida atualmente pelas instituições financeiras, e, enquanto aguardam resoluções governamentais de apoio ao setor.

Frisando que os empresários estão dispostos ao diálogo e prontos a colaborar no sentido de que surja uma solução imediata que atenda aos interesses de ambas as partes, esclarecendo, no entanto, que em caso de persistir a pretensão de cobrar tais taxas, serão adotadas medidas judiciais cautelares cabíveis a cada caso, como de resto vem ocorrendo em outras comarcas de nosso Estado, pois o Poder Judiciário, neste caso, apresenta-se como a única saída contra a "usura" praticada abertamente neste País e também passa ser a última esperança dos Microempresários contra a cobrança desta correção extorsiva.

Certos e na expectativa de que o grave impasse encontre imediata solução, tanto por apoio da esfera governamental, como especialmente por parte de uma transigência e empenho das instituições financeiras para a solução da crise, firmamos a presente.

Mal. Cândido Rondon, 21.05.87

(aa) MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

EMPRESAS ABAIXO-ASSINADAS, PRESENTES À REUNIÃO DO DIA 21.05.87, QUANDO FOI DECIDIDO PELA SUSPENSÃO DOS PAGAMENTOS DAS ALTAS TAXAS DE JUROS E CORREÇÃO COBRADA PELOS BANCOS E AUTORIZADA A EXPEDIÇÃO DE NOTA FISCAL.

(83 assinaturas em anexo)

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N. 082/87  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.º - Nas licitações para aquisição de bens, promovidas pelos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado e dos Municípios, deverá ser aplicada redução de até o limite cobrado do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) em favor de fornecedores sediados no Paraná, ou que tenham estabelecimento fabril, do bem objeto da licitação, localizado no Estado.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo deixará de prevalecer em relação ao fornecedor que ofertar bens produzidos em outro Estado, nos casos em que na licitação for também oferecida mercadoria similar produzida no Paraná.

Art. 2.º - Nas licitações para prestação de serviços, promovidas pelos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado e dos Municípios, deverá ser aplicada redução de até o limite cobrado do Imposto sobre Serviços (ISS) de Empresas sediadas no Paraná, para efeito de cálculo no confronto com propostas apresentadas por Empresas de outros Estados.

Art. 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.87.

(a) ANTÔNIO BARBARA.

#### JUSTIFICATIVA:

As medidas que estamos propondo visam preservar e proteger os interesses da empresa genuinamente paranaense, dando-lhe prioridade e vantagens nas licitações públicas. O objetivo é assegurar que os recursos dispendidos pelo Poder Público permaneçam no Paraná e em mãos paranaenses, fortalecendo e contribuindo para o crescimento da nossa economia e garantindo a manutenção do emprego.

O SR. PRESIDENTE ( Nelson Vasconcellos) - Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

A Mesa consulta a Liderança do PMDB, se fará uso do seu horário.

(Ausente).

Estando ausente, consulto a Liderança do PL.

(Ausente).

Estando ausente, consulto a Liderança do PFL.

(Ausente).

Estando ausente, consulto a Liderança do PDT. Com a palavra o Senhor Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Um jornal desta Capital, o "Correio de Notícias", divulgou ontem uma nota fazendo

uma grave acusação ao Presidente do IPE, Senhor Valdemar Alegreti.

Diz a notícia: "Insensibilidade. Fiel aos seus maus hábitos administrativos o Presidente do IPE, Valdemar Alegreti está promovendo o despejo da Associação Paranaense de Diabéticos Juvenis comandada por Adriano Richa, filho do Senador José Richa.

A Associação ocupa uma pequena sala do prédio do IPE, onde, diariamente, faz-se a distribuição de insulina a diabéticos carentes.

Embora saiba desta atividade filantrópica, o Senhor Valdemar Alegreti, por falta de sensibilidade e incompetência determinou, autoritariamente, que a Associação abandone imediatamente as acanhadas instalações".

Senhor Presidente em que pese o Senador José Richa ser um homem do PMDB, conseqüentemente nosso adversário político, acompanhamos há muito tempo o maravilhoso trabalho que seu filho Adriano Richa tem desenvolvido como comandante maior dessa Associação Paranaense de Diabéticos Juvenis.

E hoje, queremos aqui lamentar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a atitude anticristã, desumana, fiel demonstração do seu espírito vingativo e de incapacidade para dirigir uma instituição tão importante como o IPE, do Senhor Valdemar Alegreti. Parece que Sua Excelência, preocupado com alguma vingança política, em algum acerto com o ex-governador José Richa, descarrega seu ódio, ira, e vingança contra os diabéticos, que nada têm a ver com política.

Por esta razão, queremos apelar ao Senhor governador Álvaro Dias, para que não permita que um auxiliar do seu Governo, o Senhor Valdemar Alegreti, tome uma atitude tão ridícula, tão mesquinha.

No Paraná, Senhor Presidente, aqui no nosso Estado, não há lugar para administradores que se portam com tão baixo nível como o atual dirigente do IPE.

O nosso apelo é para que o Senhor governador Álvaro Dias tome providências para que o Paraná saiba que não permitirá o seu Governador que o IPE descarregue qualquer problema de ordem pessoal contra os diabéticos.

Era o que tínhamos a dizer, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Vasconcellos)-

Com a palavra o Senhor Deputado Algaci Túlio, ainda no Horário da liderança do PDT.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Estamos dando entrada na Casa, hoje, de um pedido de abertura de uma CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as denúncias com relação ao problema da merenda escolar, onde, lamentavelmente, cento e sessenta toneladas de merenda escolar, se deterioraram por problemas que, até agora, não foram esclarecidos. Por esta razão, este Deputado colheu vinte assinaturas para o documento que está sobre a Mesa para apreciação da Presidência da Comissão Executiva, para que esta CPI seja formada o mais depressa possível, atendendo à proporcionalidade partidária, a fim de que possamos, e esta Casa possa, evidentemente, cobrar tamanha irresponsabilidade de quem a cometeu, porque não podemos admitir que num País, onde milhares e milhares de crianças morrem de fome diariamente, tenhamos, aqui, no Paraná, no vizinho Município de Piraquara, em Pinhais, um armazém abarrotado de alimentação, cheio de Merenda-Escolar, que não se sabe porque razão não foi distribuída e que lá se deteriorou, lamentavelmente!

Por esta razão, quero cumprimentar neste momento, os vinte Deputados que assinaram este meu documento, e que possibilitaram que o mesmo desse entrada na Mesa da Presidência.

Ao mesmo tempo, no pequeno espaço que me resta ainda, dentro do Horário da Liderança do PDT, estou também encaminhando à Mesa, um Expediente destinado ao Secretário da Justiça, apelando para que não seja fechado o atendimento noturno da Assistência Judiciária Gratuita, e explico porque. A Assistência Judiciária é uma obrigação do Governo do Estado, e hoje, ela funciona na Barão do Rio Branco, no antigo prédio da Secretaria da Justiça, em três turnos. São cem estagiários que prestam serviços, e no horário da noite, são 1.500 ações que estão em andamento, e é o único horário que o trabalhador tem para poder procurar auxílio jurídico, porque, lamentavelmente, uma das coisas mais caras, neste País, é sem dúvida alguma, a Justiça. Além disso o trabalhador, o pequeno lavrador, o produtor, não tem condições de, durante o dia, deixar o seu trabalho, para procurar assistência judiciária e, tomamos conhecimento de que está se pretendendo extinguir o trabalho da Assistência Judiciária Noturna, lamentavelmente.

Por isso, encaminho este apelo ao Secretário da Justiça, e solicito o empenho da Bancada do PMDB, para que faça contato com o Secretário da Justiça, para que não permita que isto venha a acontecer. Não podemos admitir que o trabalhador não possa ter direito de procurar a Assistência Judiciária, que é gratuita, e uma obrigação do Estado, no horário mais adequado, porque, durante o dia, como já fa-

lei, fica tudo mais difícil!

Por esta razão, estou também encaminhando este apelo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Vasconcellos) -  
Consulto a Liderança do PTB se fará uso do seu horário. (Ausente)

Estando ausente, consulto a Liderança do PFL, se fará uso de seu horário.

Concedo a palavra ao Deputado Basílio Zanusso, por oito minutos e trinta segundos.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós ocupamos o Horário da Liderança do nosso Partido, hoje, para fazer dois rápidos registros, sobre os quais voltaremos, oportunamente, a discorrer.

Quanto ao primeiro, estamos requerendo, Sr. Presidente, que seja incluído na Ordem do Dia, o Projeto de Lei n. 328/85, de autoria do Deputado Mário Pereira, atual Secretário da Administração, Projeto que é de dezembro de 1985, esta Casa já aprovou requerimento do mesmo Deputado pedindo Regime de Urgência, e entendemos ser da maior oportunidade que o mesmo seja apreciado, discutido e votado por esta Casa, uma vez que o seu autor, Deputado Mário Pereira, é o atual Secretário da Administração. E para falar da sua importância, vou fazer a leitura apenas do artigo 1.º, para que Vossas Excelências, Srs. Deputados, avaliem a sua oportunidade. (Lê artigo 1.º do Projeto de Lei n. 328/85).

Discorre sobre contratações de servidores sob o regime de CLT, algumas nomeações e tal. Para dizer, Srs. Deputados, que os Estados brasileiros estão falidos, especialmente pelo empreguismo adotado pelos governadores que vêm se sucedendo, especialmente os últimos. E o projeto do Deputado Mário Pereira, já em 1985, quando certamente, Sua Excelência devia ter a informação obtida do Tribunal de Contas, de que a nossa Despesa já estava próxima da Receita do ICM. Fez o Deputado, com a competência que conhecemos, um projeto tentando coibir um pouco daquele empreguismo, daquelas contratações desenfreadas.

Portanto, acho da maior oportunidade que agora esta Casa aprecie este Projeto, uma vez que Sua Excelência ocupa a Secretaria mais importante nesta área.

Um outro registro, Sr. Presidente, que faço no momento e ao qual voltarei a me reportar, é quanto a um requerimento de nossa autoria, de março de 1987, sobre um pedido de informação das despesas que o Governo do Estado fez nos últimos anos, ou mais precisamente do Governo de José Richa para cá.

E recebi da 1.ª Secretaria expediente,

subscrito pelo seu titular, Deputado Anibal Khury, a resposta que encaminhou do nosso requerimento, o Senhor Governador. E causa-me surpresa que na resposta, o Senhor Governador faça referência a outros pedidos, também de informação, dos ilustres Deputados Ferrari Júnior e Algaci Tullio. E a surpresa é que desconheço o conteúdo dos requerimentos dos dois ilustres Deputados e entendo que a resposta devia ser dirigida a cada proponente, a cada autor dos requerimentos. E quanto as informações solicitadas por este Deputado, que são cerca de 30 itens, a resposta não satisfaz em nada.

Portanto, um assunto do qual voltarei a falar é sobre as despesas que o Governo do Estado realizou nos últimos anos com promoção de pessoal de seu partido e de seus candidatos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Vasconcellos) -  
Consulto a Liderança do PT, se fará uso do seu horário.

Com a palavra o nobre Deputado Pedro Tonelli, por oito minutos e trinta segundos.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente e Senhores Deputados; Senhoras colegas e demais presentes nesta última sessão da semana.

Estamos acompanhando o desenrolar do começo do Governo Álvaro Dias, que já completou setenta e cinco dias, e já dá para sentir de perto o tratamento oficial que está sendo dado aos trabalhadores paranaenses.

O jornal "Gazeta do Povo" de hoje, na sua página 3, menciona que começa a suspensão do pagamento do gatilho do funcionalismo público. O próximo gatilho somente será pago em agosto: será retardado por sessenta dias.

Os motivos desta suspensão do pagamento do gatilho foram anunciados na semana passada pelo próprio Governador do Estado e explicada pelos seus Secretários ligados à área de Finanças, Arrecadação e Tributação, baseando-se quase que exclusivamente na falta de arrecadação do ICM do Estado.

No dia 18 passado, nesta tribuna, já fiz menção analítica quanto à discriminação que vem sendo imposta aos trabalhadores, quando, por outro lado, os empresários são favorecidos em vista do prazo que lhes é concedido para pagar o ICM para usar o dinheiro da população, dinheiro do ICM, o qual o Estado fica em haver, situação que é usada como argumento para a suspensão do gatilho aos trabalhadores.

Mas, não é só isso que me chama a atenção neste momento. O que observo, também, são as contradições quanto à situação



econômica e a situação financeira dos cofres públicos do Paraná.

Refiro-me à uma afirmação feita pelo ex-Secretário de Finanças, Geroldo Hauer, que foi publicada no jornal "Gazeta do Povo", em meados de março que diz o seguinte:

"Com relação à arrecadação de 1987, o Secretário de Finanças, Geroldo Hauer explicou que a receita do Estado continuará apresentando desempenho satisfatório, e, segundo ele, no mês de janeiro houve uma arrecadação do ICM de 1.224 milhões, que se contrapôs ao pagamento da folha de pessoal, que era, em janeiro, de 968 milhões; em fevereiro — acrescentou Geroldo Hauer — o mês correu, em termos de receita, com manifestações positivas, principalmente devido à comercialização do café, com uma arrecadação de ICM da ordem de 1.300 milhões, com uma folha de pagamento de 986 milhões; e, para o mês de março, a previsão de arrecadação é de 1.400 milhões.

Quanto às perspectivas — refere-se o ex-Secretário Geroldo Hauer no mesmo texto: "com relação às perspectivas para o Paraná em 1987, o Secretário de Finanças informou que a reestimativa da arrecadação do ICM indica um crescimento real de quase 5 bilhões de cruzados".

No jornal "O Paraná", de hoje, nós temos aqui uma outra notícia que diz o seguinte: "Hauer, falência total em quatro meses".

Então, companheiros, companheiras e Sr. Presidente, é de se perguntar: quem está mentindo nesta história? Ou melhor: Quem está faltando com a verdade? Será que podemos admitir o que está comprovado pela imprensa? Um fala e o outro desmente. É possível admitir tal absurdo? Ou será que é mais uma bela façanha para tentar provar que quem terá que arcar com as consequências, rombos e absurdos no uso dos recursos públicos, mais uma vez, serão os trabalhadores e em especial os grandes trabalhadores que são os setores ligados ao funcionalismo público, que estão trabalhando e ganhando o seu mísero salário? Serão eles os que terão que arcar com o prejuízo do congelamento do gatilho, com uma inflação de 40% ao mês e terão que ficar dois meses sem reajuste, quando certamente teremos uma inflação acumulada de 100%, se tudo continuar como está? Eles certamente terão que ficar com os seus salários congelados. Se compararmos a sua situação com a dos cidadãos de primeira classe neste Estado vamos sentir que existe realmente uma casta, uma elite, que não tem o seu salário congelado.

Começamos nesta Casa, onde neste ano tivemos os nossos proventos reajustados em quase 100% em menos de seis meses. É só vermos a situação dos Secretários de Esta-

do, como temos dois que preferem receber salário de deputado, que é maior do que o salário de secretário de Estado. E olharmos outros que do nosso ponto de vista se tratam de abusos moralmente falando ainda que situações legalmente justificáveis. Esses não apertam o cinto para reconhecer a situação do Estado. Então, tudo nos leva a crer, senhor Presidente e nobres colegas, que essas mentiras realmente são para justificar ...

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Vasconcellos)

Esta Presidência informa ao nobre Deputado que o seu tempo está esgotado e concede trinta segundos para concluir.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado, Senhor Presidente.

Portanto, essas medidas só se justificam, simplesmente para impor mais uma punição contra a classe trabalhadora. Creio eu que os setores organizados dos trabalhadores darão uma resposta condizente a tais medidas.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Muito obrigado, nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Vasconcellos) -

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, com apoio dos Senhores Deputados Lindolfo Júnior, Ezequias Losso e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão de Inquérito para apurar irregularidades que causaram deterioração de alimentos destinados à merenda escolar. Recebido pela Mesa e encaminhado à Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1. DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 010/87 (Mensagem n. 04/87 - ex-Proposição n. 14/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento com a participação da COMEC e DNPM, objetivando a prestação de mútua colaboração entre ambos, para o estabelecimento de uma ação conjunta e coordenada dos órgãos tendentes, conforme especifica.



Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 011/87 (Mensagem n. 05/87 - ex-Proposição n. 15/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 29/12/86, entre o Estado do Paraná e o INCRA, objetivando o desenvolvimento de ações conjuntas e coordenadas para execução do Plano Regional de Reforma Agrária e a implantação do Programa Básico de Assentamento dos Trabalhadores Rurais do Estado. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 012/87 (Mensagem n. 07/87 - ex-Proposição n. 17/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio n. 17/86-SETR, celebrado em 05/12/86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e a TELEPAR, objetivando implantação do serviço de informações por telefone denominado "Reclamações sobre Transportes Coletivos Intermunicipais". Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 013/87 (Mensagem n. 08/87 - ex-Proposição n. 18/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Revigoração datados de 03/02/87, dos Convênios n. 47 de 09/01/86, e n. 11/86 de 04/07/86, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e o Município de Curitiba, objetivando aplicação de recursos do Programa de Mobilização Energética PME/PR. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 014/87 (Mensagem n. 11/87 - ex-Proposição n. 21/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e os Municípios que especifica, objetivando a instalação ou funcionamento de armazéns destinados exclusivamente à conservação de produtos agrícolas. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 015/87 (Mensagem n. 14/87 - ex-Proposição n. 24/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a Universidade Federal do Paraná, nas datas e com os objetivos que especifica. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 016/87 (Mensagem n. 17/87 - ex-Proposição

n. 027/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários, com os Municípios e objetivos que especifica. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 017/87 - ex-Proposição n. 29/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da EMBRATUR e da PARANATUR, objetivando o aditamento firmado em 01/07/86, re-ratificar e complementar os Convênios celebrados em 05/06/79 e 03/11/80, respectivamente, no sentido de regular a participação operacional e técnico-financeira das partes convenientes na execução de programas, projetos e atividades previstas nos anexos que acompanham o instrumento ora encaminhado, e visando o aditamento firmado em 26/08/86, a re-ratificação da cláusula 5.<sup>a</sup> do Convênio celebrado em 13/01/86, pelas mesmas entidades, para realização de pesquisa sobre Turismo Emissivo e Receptivo Internacional. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Vasconcellos) - Sobre a mesa requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Saul Soletti, ocorrido no dia 24 de maio do corrente ano, no Município de Terra Rica. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Dante Ramos, ocorrido no dia 22 de maio do corrente ano, no Município de Paranaíba. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Cruzada Social "Cosme e Damião", pela posse de sua nova diretoria. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Jornal Correio de Notícias, pela indicação do Jornalista Cícero Catani, como seu novo Diretor-redator-chefe. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando inclusão em pauta, em Regime de Urgência, do Projeto de Lei n. 328/85, que veda a admissão de servidores públicos e dá outras providências. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Igreja do Evangelho Quadrangular - Cruzada Nacional de Evangelização, pelo transcurso do 32. aniversário. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Secretário da Justiça, encarecendo para que o mesmo não permita que seja desativado o atendimento noturno da Assistência Judiciária deste Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando que seja constado nesta Casa de Leis, a nota oficial dos microempresários do Município de Marechal Cândido Rondon, dirigidas às instituições financeiras daquele Município, autoridades competentes e imprensa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 1.º, à hora regimental com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 159 e 180/86 e 49 e 51/87.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 64/86 e dos Projetos de Resolução n. 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17/87.

Levanta-se a sessão.

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DO 11.ª LEGISLATURA  
ATA DA 11.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 1987.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, secretariada pelos Deputados Anibal Khury e Valderi Mendes Vilela.

Às dez horas e trinta e cinco minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz

Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (50). Achando-se ausentes os Senhores Deputados: Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido e Paulo Furiatti (03). Achando-se em licença o Senhor Nestor Baptista (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

#### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Vasconcellos)  
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Vasconcellos)  
Não havendo expediente a ser lido,

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 41/86, que declara de Utilidade Pública a "Pré-Escola Divino Espírito Santo-Maternal e Jardim de Infância", com sede e foro em Ponta Grossa. Aprovado. (Public. no DA. 15/86 de 24. 03.86).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 60/86, que declara de Utilidade Pública o "Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uraí", com sede e foro na Cidade de Uraí. Aprovado. (Public. no DA. de 24/86 de 09.04.86).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 96/86, que declara de Utilidade Pública o "Centro de Planejamento Natural da Família - CENPLAFAM", com sede nesta Capital. Aprovado. (Public. no DA. 40 de 08.05.86).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.

110/86, que denomina "Vereador Agenor Bortolom" a rodovia que liga o Município de Cruzeiro do Oeste ao Município de Nova Olímpia. **Aprovado.** (Publ. no DA.45/86 de 15.05.86).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 130/86, que declara de Utilidade Pública a "Federação Umbandista do Estado do Paraná", com sede nesta Capital. **Aprovado.** (Public. no DA. 59/86 de 10.06.86).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 166/86, que declara de Utilidade Pública a "Ação Social Paroquial Bom Samaritano", com sede no Município de Curitiba. **Aprovado.** (Public. no DA. 75/86 de 04.08.86).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 192/86, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Professores de Espanhol do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado.** (Public. no DA. 87/86

de 25.08.86)

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 213/86, que declara de Utilidade Pública a "Associação do Clube de Mães-Sagrada Família", com sede e foro no Distrito de Anahí, Município de Corbélia. **Aprovado.** (Publ. no DA. 100/86 de 17.09.86).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 011/87, que declara de Utilidade Pública a "Colônia de Pescadores Z-7 de Guaratuba", com sede na Cidade de Guaratuba e foro Jurídico na Comarca de São José dos Pinhais. **Aprovado.** (Public. no DA. 12 de 11.03.87).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma ordinária, para segunda-feira, dia 1.<sup>o</sup>, à hora regimental, com a ordem do dia já anunciada.

Levanta-se a sessão